

A. I. Nº - 089010.0047/01-3
AUTUADO - PORTO SEGURO VEÍCULOS LTDA.
AUTUANTE - GILSON AMARAL MACEDO
ORIGEM - INFAZ ITAMARAJU
INTERNETE - 26/04/02

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0137-01/02

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Demonstrado que o valor considerado já se encontrava pago antes da ação fiscal. 2. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Débito inexistente. Mero erro na transposição dos valores do Registro de Entradas para o Registro de Apuração do ICMS. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 22/12/2001, apura os seguintes fatos:

1. Falta de recolhimento de ICMS nos prazos regulamentares, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios. Imposto exigido: R\$ 338,75. Multa: 50%.
2. Recolhimento de ICMS efetuado a menos em virtude de divergência entre os valores pagos e os escriturados no livro de apuração do imposto. R\$ 53,70. Multa: 60%.

O autuado apresentou defesa alegando como preliminar a existência de vício no tocante à intimação.

Quanto ao mérito, demonstra que o valor de que cuida o 1º item do Auto de Infração se encontrava pago. Quanto à diferença acusada no 2º item, protesta que o valor escriturado é idêntico ao que foi pago, de modo que a exigência fiscal é descabida, “se a autuação não fosse virtual”. Juntou comprovantes.

O fiscal autuante prestou informação contrapondo que a intimação foi feita à pessoa autorizada pelo contribuinte e no endereço certo. Com relação às provas anexadas pela defesa, o autuante reconhece que o valor apurado no 1º item realmente havia sido pago antes. Quanto à alegação de que a autuação no caso do 2º item seria “virtual”, o autuante pondera que a divergência apurada pode até ser classificada como virtual, pois sua análise foi processada eletronicamente, com base nos dados consignados na escrituração fiscal do contribuinte. Explica que, em contato com o contribuinte, constatou que a diferença apurada diz respeito ao crédito fiscal de energia elétrica, que não foi lançado no Registro de Apuração, mas se encontra escriturado no Registro de Entradas e nos livros contábeis. Conclui pedindo que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

VOTO

Diante dos elementos trazidos aos autos pela defesa, com os quais concorda plenamente o fiscal autuante, tendo este, de forma expressa, pedido que o Auto de Infração seja julgado improcedente, concluo que não há mais lide.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **089010.0047/01-3**, lavrado contra **POR-TO SEGURO VEÍCULOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de abril de 2002.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA